

Soberano IPCA Principal

Material Publicitário
30/03/2026

O COE Soberano IPCA Principal é um certificado que possibilita aos investidores, obterem rendimentos atrelados ao risco crédito do Governo Central do Brasil (“Entidade de Referência”), e proteger seu portfólio contra a inflação.

O investimento é corrigido pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e remunera juros e principal na data de vencimento, sendo que o recebimento destes montantes são condicionados a não ocorrência de nenhum evento de crédito¹ atrelado à Entidade de Referência.

A taxa de emissão deste COE será equivalente à taxa da NTN-B 2033³ + 0,55% a.a.². O valor definitivo será definido na data de emissão deste COE, com base na taxa média indicativa da NTN-B com vencimento em agosto de 2033, divulgada pela ANBIMA e referente ao último dia útil anterior a data de emissão do COE.

Benefícios

- ✓ Obter remuneração atrelada ao risco de crédito Soberano Brasileiro;
- ✓ Incidência de IR somente no vencimento da operação (ou no resgate antecipado);
- ✓ Rendimentos superiores à renda fixa tradicional.

Dúvidas?
Assista ao vídeo
pelo QR Code:



Risco de Crédito

O COE está sujeito ao risco de crédito do Itaú Unibanco e não conta com a garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito). Além desse risco, o COE também está sujeito ao risco de crédito do Governo Central do Brasil, o qual pode se realizar na ocorrência de quaisquer eventos de crédito especificados no Documento de Informações Essenciais - DIE.

Importante:

- I. Na ocorrência de quaisquer eventos de crédito, o cliente pode perder todo o valor inicialmente aplicado no COE.

Características da Estratégia

Aplicação mínima R\$ 5.000,00	Modalidade Valor Nominal em risco	Vencimento 15/03/2032
Grau de risco Médio	Entidade de Referência Governo Central do Brasil	Prazo de contratação Até 09/04/2026 às 14h

¹Conforme condições de Eventos de Crédito especificados no DIE, aplicáveis aos títulos de dívidas externas emitidos pela Entidade de Referência vigentes durante o prazo deste COE.

²Taxa de NTN-B 2033 + 0,55% a.a. definida na data de emissão do COE, conforme os critérios detalhados no DIE. As informações presentes neste material técnico são baseadas em simulações e os resultados reais poderão ser significativamente diferentes. A rentabilidade líquida depende da tributação aplicável.

³NTN-B 2033: Título da dívida pública indexado ao IPCA com vencimento em 2033, também conhecido como Tesouro IPCA+. As informações presentes neste material técnico são baseadas em simulações e os resultados reais poderão ser significativamente diferentes. A rentabilidade líquida depende da tributação aplicável.

Leia o DIE³
antes de aplicar
neste COE



Soberano IPCA Principal

Material Publicitário
30/03/2026

ⓘ Como funciona

O COE terá remuneração correspondente à taxa da NTN-B 2033 + 0,55% a.a.¹, com a remuneração de juros e principal para o investidor.

Data de pagamento de juros e/ou principal do COE	Remuneração ² do COE (sujeito ao não evento de crédito da Entidade de Referência)
15/03/2032	Principal + 61,010%

¹Taxa de NTN-B 2033 + 0,55% a.a. definida na data de emissão do COE, conforme os critérios detalhados no DIE.

²Simulação considerando uma taxa de retorno ilustrativa de IPCA + 8,43% a.a., calculada com base em um prêmio de 0,55% a.a. sobre a taxa interna de retorno da NTN-B 2033 apurada pela ANBIMA em 25/03/2026 (7,83% a.a.). O valor apresentado é o valor percentual que incidirá sobre o principal aplicado corrigido pelo IPCA, calculado ao período.

As informações presentes neste material técnico são baseadas em simulações e os resultados reais poderão ser significativamente diferentes dependendo das condições de aplicação na data de emissão do COE. Os valores acima são brutos de imposto de renda, e a rentabilidade líquida dependerá da tributação aplicável.

Leia o DIE³
antes de aplicar
neste COE



Soberano IPCA Principal

Material Publicitário
30/03/2026

Alertas Importantes

Emissor: Itaú Unibanco S.A.

O público-alvo: Investidores em geral, de perfis arrojado e agressivo.

As informações constantes deste material publicitário são provenientes de fontes internas e externas de informação e podem ser alteradas a qualquer momento, independentemente de prévio aviso. Este material tem como objetivo único fornecer informações e não constitui nem deve ser interpretado como recomendação quanto à manutenção, compra ou venda de ativos financeiros e valores mobiliários. O conteúdo disponibilizado não deverá ser reproduzido, distribuído ou publicado sem prévia autorização do Itaú Unibanco e da Itaú Corretora. Os investidores interessados em investir no COE devem procurar aconselhamento financeiro, tributário e contábil conforme seus interesses, antes de tomar qualquer decisão de investimento. A decisão final de investimento é de exclusiva responsabilidade do investidor. A Itaú Corretora e/ou quaisquer das empresas integrantes de seu conglomerado não se responsabiliza(m) pelo resultado das operações contratadas. É muito importante que você conheça e seus investimentos adequem-se ao seu perfil de investidor - basta preencher um rápido questionário e você pode atualizá-lo sempre que necessário. Não é considerado o perfil específico de um determinado investidor. Preços, taxas e disponibilidade de investimentos estão sujeitos a alteração sem prévio aviso.

Resgate antecipado: Disponível para resgate mensal (a mercado) após 180 dias da data de aplicação, mediante mútuo acordo entre emissor e investidor. O investidor poderá deixar de receber qualquer rentabilidade ou mesmo perder parte do valor inicialmente investido.

Tributação: Os rendimentos auferidos pelo investidor no COE sujeitam-se à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte às alíquotas regressivas de 22,5% a 15%, de acordo com o prazo da aplicação. A base de cálculo será o resultado positivo auferido na liquidação ou cessão do COE ou o rendimento distribuído, líquido do IOF-TVM, quando for o caso, nos termos do art. 51 da IN 1585/15.

Juros: Informações sobre a definição do juros aplicável são disponibilizadas no Documento de Informações Essenciais (DIE) disponível na área do Home Broker em <https://itaucorretora.com.br/> na rota: Carteira > Minhas Ofertas Públicas > Comprovante.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCOS

A aquisição do COE pode implicar nos seguintes riscos:

Risco de Crédito do Emissor: o recebimento dos montantes devidos pelo Emissor ao investidor está sujeito ao risco de crédito do Emissor. Caso o risco de crédito se materialize, ainda que atendidas as condições de remuneração do COE, o investidor poderá ficar sem receber qualquer retorno financeiro ou até perder o capital investido. Os investimentos em COE não são garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

Risco de Crédito da Entidade de Referência: O COE está sujeito ao risco de crédito do Governo Central do Brasil.

Risco de Mercado: O resultado financeiro do investimento no COE para o investidor depende da Entidade de Referência, que podem ser afetados por condições alheias à vontade das partes, destacando-se:

(a) o desempenho das economias nacional e internacional;

(b) quaisquer atos de autoridades governamentais, nacionais ou internacionais, em especial as decisões de política econômica ou a decretação de moratórias no pagamento das dívidas públicas;

(c) as taxas de juros praticadas no mercado.

Risco de Liquidez: O COE possui pouca ou nenhuma liquidez, de forma que é improvável que o investidor possa encontrar compradores interessados em adquirir o COE. Não haverá, ainda, a contratação de formador de mercado para o COE. A eventual venda do COE a terceiros poderá acarretar perda de rentabilidade ou mesmo do valor inicialmente investido. O Resgate ou a recompra geram risco de perda de valor nominal, ou seja, não garantem o capital protegido.

Rentabilidade passada não é necessariamente um indicativo de resultados presentes ou futuros e nenhuma garantia, de forma expressa ou implícita, é dada neste material em relação a desempenhos presentes ou futuros do COE. A rentabilidade final simulada não é líquida de impostos.

Este documento foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das melhores práticas de mercado estabelecidas pelo Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Negociação de Instrumentos Financeiros. Esta instituição é aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Distribuição de Produtos de Investimento. A disponibilização deste documento não implica, por parte da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do COE ou de seu emissor.

A PRESENTE OFERTA NÃO ESTÁ SUJEITA A REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. A CVM NÃO ANALISOU PREVIAMENTE ESTA OFERTA. A DISTRIBUIÇÃO DO CERTIFICADO DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS – COE NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, A GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, DE ADEQUAÇÃO DO CERTIFICADO À LEGISLAÇÃO VIGENTE OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO EMISSOR OU DA INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA.

Consultas, sugestões, reclamações, críticas, elogios e denúncias, fale com a Central de Atendimento: para correntistas 4004-3131* (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 722 3131 (demais localidades) ou para não correntistas 4004-3005* (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 726 3005 (demais localidades), em dias úteis, das 9h às 18h, ou entre em contato com o Fale Conosco no website <https://itaucorretora.com.br/>. Se necessário, utilize o SAC Itaú: 0800 728 0728. Caso não fique satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria Corporativa Itaú: 0800 570 0011 (em dias úteis das 9h às 18h) ou Caixa Postal 67.600, São Paulo-SP, CEP 03162-971. Deficientes auditivos, todos os dias, 24h, 0800 722 1722. *Custo de ligação local

LEIA O DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS ANTES DE APLICAR NESTE CERTIFICADO DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS.
SOLICITE O MATERIAL PARA SEU ESPECIALISTA EM INVESTIMENTOS.